

coordenação

Alberto Gentil de Almeida Pedroso
Gustavo Ferraz de Campos Monaco

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

50
anos
LRP

prefácio
Paulo Dias de Moura Ribeiro
Ministro do STJ

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Queria Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiária: Aline Pavanelli

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Emanuel Silva, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Registro civil de pessoas naturais / coordenação Alberto Gentil de Almeida Pedroso, Gustavo Ferraz de Campos Monaco. -- São Paulo Thomson Reuters Brasil, 2023.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-260-0124-0

1. Direito notarial e registral - Brasil 2. Registro civil - Brasil
3. Registro Civil das Pessoas Naturais I. Pedroso, Alberto Gentil de Almeida. II. Monaco, Gustavo Ferraz de Campos.

23-159191

CDU-374.235.11(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito notarial e direito registral 374.235.11(81)

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| SOBRE OS COORDENADORES | 5 |
| PREFÁCIO | 7 |
| 1. FAMÍLIA MULTIESPÉCIE E A POSSIBILIDADE DE REGISTRO DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NO LIVRO “E” DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS..... | 17 |
| CECILIA RODRIGUES FRUTUOSO HILDEBRAND, FLÁVIA PEREIRA HILL e RENATA CORTEZ VIEIRA PEIXOTO | |
| Introdução | 18 |
| 1. Da família multiespécie | 19 |
| 2. Da possibilidade de registro de animais de estimação no livro “E” do Registro Civil das Pessoas Naturais | 21 |
| Conclusão | 23 |
| Referências bibliográficas | 24 |
| 2. A INCIDÊNCIA DA LGPD NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E OS LIMITES À PUBLICIDADE REGISTRAL..... | 27 |
| FABIANO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA | |
| Introdução | 27 |
| 1. Fundamento constitucional e legal | 27 |
| 2. A incidência da LGPD no Registro Civil das Pessoas Naturais e os limites à publicidade | 30 |
| Conclusão | 34 |
| Referências bibliográficas | 34 |
| 3. A INTERFACE DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS COM OS NOVOS MODELOS FAMILIARES: UMA ANÁLISE DA UNIÃO ESTÁVEL À LUZ DA LEI N° 14.382/2022..... | 37 |
| ANA CRISTINA DUARTE PEREIRA MURAI e GABRIELLA DIAS CAMINHA DE ANDRADE | |

| | |
|--|-----------|
| Introdução | 37 |
| 1. Novos modelos de família | 38 |
| 2. Lei nº 14.382/2022: termo declaratório de união estável perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais | 41 |
| Conclusão | 43 |
| Referências bibliográficas | 44 |
| 4. A LEI 14.382 DE 2022 E AS ALTERAÇÕES DE PRENOME DIRETAMENTE NOS OFÍCIOS DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS..... | 47 |
| LETÍCIA FRANCO MACULAN ASSUMPÇÃO e LUÍS MARCELO THEODORO DE LIMA JUNIOR | |
| Introdução | 47 |
| 1. As novas possibilidades de alteração de prenome e seus procedimentos administrativos..... | 49 |
| 1.1. Alteração de nome do recém-registrado | 49 |
| 1.2. Alteração imotivada de prenome do maior de idade | 50 |
| Conclusão | 54 |
| Referências bibliográficas | 54 |
| 5. A NECESSIDADE DE SIGILO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DE GÊNERO PARA GARANTIA DO DIREITO DA PERSONALIDADE E DE INCLUSÃO SOCIAL..... | 57 |
| FABIANA AURICH e CAROLINA ROMANO BROCCO | |
| Introdução | 57 |
| 1. Contornos do procedimento extrajudicial de alteração de gênero e os direitos da personalidade correlatos | 58 |
| 2. Possibilidade de aplicação da LGPD na proteção da intimidade de pessoas em procedimento extrajudicial de alteração de gênero..... | 62 |
| 3. Proposição de medidas normativas específicas visando à proteção da intimidade dos requerentes à alteração de gênero..... | 64 |
| Conclusão | 65 |
| Referências bibliográficas | 65 |
| 6. A RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA E O REGIME LEGAL DE BENS..... | 67 |
| ISABELA FRANCO MACULAN ASSUMPÇÃO, LETÍCIA FRANCO MACULAN ASSUMPÇÃO e PAULO HERMANO SOARES RIBEIRO | |

| | |
|--|-----------|
| Introdução | 67 |
| 1. Regime legal ou supletivo de bens | 68 |
| 2. Alteração do regime legal ou supletivo pela Lei 6.515/1977 | 68 |
| 3. Erro material..... | 69 |
| 4. Cenários possíveis..... | 70 |
| 5. Retificação do erro no regime de bens na jurisprudência..... | 71 |
| 6. Correção dos erros materiais pela via administrativa | 72 |
| 7. Isenção de emolumentos | 73 |
| 8. Conclusão | 73 |
| Referências bibliográficas | 74 |
| | |
| 7. A RETIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DOS REGISTROS CIVIS PARA FINS DE AQUISIÇÃO DE NACIONALIDADE (COM ESPECIAL ATENÇÃO À ITÁLIA E PORTUGAL) | 77 |
| DANIELA SILVA MRÓZ | |
| Introdução | 77 |
| 1. Conceito de Retificação..... | 78 |
| 2. Legitimidade..... | 79 |
| 3. Objeto da Retificação..... | 80 |
| 4. Documentos comprobatórios..... | 82 |
| 5. Documentos estrangeiros | 83 |
| 5.1. Itália..... | 85 |
| 5.2. Portugal..... | 86 |
| 6. Princípio da anterioridade e da veracidade registral..... | 87 |
| 7. O Procedimento extrajudicial..... | 91 |
| 8. Cobrança da Retificação..... | 92 |
| Conclusão | 93 |
| Referências bibliográficas | 94 |
| | |
| 8. ADOÇÃO INTERNACIONAL NO ÂMBITO DA CONVENÇÃO DE HAIA DE 1993: AQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA E ASPECTOS REGISTRÁRIOS | 97 |
| JÚLIA CLÁUDIA RODRIGUES DA CUNHA MOTA e KARINE MARIA FAMER ROCHA BOSELLI | |
| Introdução | 97 |
| 1. A adoção internacional e a Convenção da Haia..... | 98 |
| 2. A Convenção relativa à proteção das crianças e à cooperação em matéria de adoção internacional | 98 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 3. | Do direito à nacionalidade brasileira dos adotados estrangeiros: questões decorrentes da Convenção | 100 |
| 3.1. | Aspectos registrais relacionados à aquisição da nacionalidade do adotado estrangeiro no âmbito da Convenção | 102 |
| | Conclusão | 103 |
| | Referências bibliográficas | 104 |
| 9. | ALTERAÇÃO DO SOBRENOME COMO DIREITO À IDENTIDADE: A DISPARIDADE DE DIREITOS ENTRE DESCENDENTES DE EUROPEUS, INDÍGENAS E AFRICANOS..... | 105 |
| | MATHEUS DIAS TAVARES GRANDINI PEGORER | |
| | Introdução | 105 |
| 1. | Sobrenome como identidade..... | 107 |
| 1.1. | Indígenas e seus descendentes..... | 108 |
| 1.2. | Afrodescendentes | 109 |
| 2. | Identidade, injustiça cultural e reconhecimento | 110 |
| 3. | Reconhecimento e o registro civil das pessoas naturais..... | 111 |
| | Conclusão | 112 |
| | Referências bibliográficas | 113 |
| 10. | A ALTERAÇÃO DE NOME E SOBRENOME NO DIREITO FRANCÊS – UMA BREVE ANÁLISE DAS RECENTES ALTERAÇÕES | 115 |
| | MÁRCIA C. DE SOUZA WROBEL | |
| | Introdução | 115 |
| 1. | A atribuição do nome no direito francês | 116 |
| 1.1. | Escolha do prenome | 116 |
| 1.2. | Escolha do sobrenome..... | 118 |
| 2. | A alteração do nome no direito francês | 123 |
| 2.1. | Alteração de prenome | 123 |
| 2.2. | Alteração de prenome e sexo de transgêneros | 124 |
| 2.3. | Alteração de sobrenome..... | 126 |
| 2.4. | Alteração de sobrenome decorrente de alteração da filiação | 126 |
| 2.5. | Alteração de sobrenome em decorrência do casamento | 129 |
| 2.6. | Alteração de sobrenome em decorrência do divórcio..... | 129 |
| | Conclusão | 129 |
| | Bibliografia | 130 |

| | |
|---|------------|
| 11. AS NOVAS TECNOLOGIAS E O EXTRAJUDICIAL REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E O MUNDO PÓS-PANDEMIA: DESAFIOS TECNOLÓGICOS | 131 |
| ALBERTO LUIS DELBON DA SILVA | |
| Introdução | 131 |
| 1. O extrajudicial e as novas tecnologias..... | 132 |
| 2. Cronologia de implementação das tecnologias | 133 |
| 3. Acontecimentos legais e normativos..... | 133 |
| 4. Continuidade, garantia e proteção do acervo físico e eletrônico | 134 |
| Conclusão | 136 |
| Referências bibliográficas | 136 |
| 12. CASAMENTO DE BRASILEIRO NO EXTERIOR COM REGIME DE BENS OMISSO: PROBLEMAS E ALGUMAS SOLUÇÕES..... | 139 |
| CASSIANO MORAES GOMES e PAULO CEZAR DE OLIVEIRA JUNIOR | |
| Introdução | 139 |
| 1. A regra do regime de bens em casamento de brasileiros no exterior ... | 141 |
| 2. Traslado do registro de casamento de brasileiros no exterior | 142 |
| 3. Registro de casamento de brasileiros no exterior sem indicação do regime de bens | 143 |
| 4. Empecilhos à comprovação do regime de bens definido pela lei estrangeira e algumas soluções..... | 145 |
| Conclusão | 151 |
| Referências bibliográficas | 152 |
| 13. EDUCAÇÃO REGISTRAL CIVIL: UMA REFLEXÃO ACERCA DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA | 155 |
| JOSÉ RENATO NALINI e PATRÍCIA GASPERINI FARIA SALIBA | |
| Introdução | 155 |
| 1. As bases da formação educacional do cidadão | 156 |
| 2. A educação na Constituição Federal de 1988..... | 158 |
| 2.1. A Democratização do Conhecimento | 158 |
| 2.2. Educação como dever de todos: Estado, família e sociedade | 159 |
| 2.3. Educação para o exercício da Cidadania – a Educação Registral Civil | 160 |
| Conclusão | 163 |
| Referências bibliográficas | 164 |

| | |
|--|------------|
| 14. ATUAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS COMO INSTRUMENTO DA DIGNIDADE DAS PESSOAS REFUGIADAS NO BRASIL..... | 165 |
| FRANK WENDEL CHOSSANI | |
| Introdução | 165 |
| 1. Breve apontamento do amparo legal dos refugiados no direito pátrio.... | 166 |
| 2. A atuação do Registro Civil das Pessoas Naturais como instrumento da dignidade das pessoas refugiadas no Brasil..... | 168 |
| Conclusão | 174 |
| Referências..... | 175 |
| 15. NOME NOVO E ANTIGO NA CARTEIRA DE IDENTIDADE: SEGU-RANÇA JURÍDICA PARA TODOS..... | 177 |
| FERNANDA MARIA ALVES GOMES | |
| Introdução | 177 |
| 1. Nome social e sigilo da retificação do registro civil de pessoa trans | 178 |
| 2. Prenome ou sobrenome alterado nas hipóteses da Lei n. 14.382/2022..... | 179 |
| 3. Nome antigo e nome novo na carteira de identidade não viola a LGPD..... | 180 |
| Conclusão | 183 |
| Referências bibliográficas | 184 |
| 16. O REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E A PROTEÇÃO ÀS FILIAÇÕES DECORRENTES DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL CASEIRA | 185 |
| MARAISA BERALDO SANCHES | |
| 1. Da Teoria Geral do Direito ao Registro Civil das Pessoas Naturais | 185 |
| 2. As famílias e o Registro Civil das Pessoas Naturais | 186 |
| 3. A importância de a certidão de nascimento espelhar a realidade das filiações | 187 |
| 4. Dos Prós e Contras da Utilização da Autoinseminação..... | 188 |
| 5. Proposta de criação do Procedimento de Registro de Nascimento na Autoinseminação | 189 |
| 6. Da máxima eficiência registrária..... | 190 |
| Referências bibliográficas | 190 |
| 17. O SUB-REGISTRO COMO REFLEXO DA NÃO PERFILHAÇÃO DE CRIANÇAS NA LAVRATURA DO REGISTRO DE NASCIMENTO... .. | 193 |

ANA CAROLINA DEGANI DE OLIVEIRA e LUIS ALBERTO DEGANI DE OLIVEIRA

| | |
|--|-----|
| Introdução | 193 |
| 1. Registro de nascimento: documento fundamental da pessoa humana.... | 194 |
| 2. O sub-registro e a invisibilidade do sujeito..... | 194 |
| 3. Apontamentos sobre o estabelecimento da paternidade | 195 |
| 4. A perfilhação como causa de sub-registro..... | 197 |
| 5. Ponderações sobre a facilitação dos registros de nascimento e o estabelecimento da paternidade..... | 199 |
| 6. Conclusão | 201 |
| Referências bibliográficas | 201 |

18. OS PRAZOS DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, APÓS A LEI Nº 14.382/2022.....

JÚLIA CLÁUDIA RODRIGUES DA CUNHA MOTA

| | |
|--|-----|
| Introdução | 203 |
| 1. Breves considerações | 203 |
| 2. Conceitos e indicativos | 204 |
| 3. Das decisões anteriormente proferidas | 207 |
| 4. Considerações quanto ao prazo da habilitação para casamento | 208 |
| Conclusão | 210 |
| Referências bibliográficas | 210 |

19. UM RECOMEÇO: RELATOS DE CASOS DE PESSOAS QUE PROMOVERAM ALTERAÇÃO AO NOME CIVIL.....

SAMARA BORGES FERNANDES ROCHA

| | |
|---|-----|
| Introdução | 213 |
| 1. Nome civil e o direito à identidade | 214 |
| 2. Método | 215 |
| 2.1. Local e participantes | 216 |
| 2.2. Análise dos dados, instrumento e procedimentos | 216 |
| 3. Resultados e discussão..... | 217 |
| 3.1. O registro de nascimento | 217 |
| 3.2. A decisão e a mudança..... | 220 |
| 3.3. Um recomeço | 222 |
| Considerações finais..... | 223 |
| Referências bibliográficas | 224 |

| | |
|--|------------|
| 20. USO DAS ASSINATURAS ELETRÔNICAS NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS A PARTIR DA LEI 14.382/22..... | 227 |
| KARIN REGINA RICK ROSA | |
| Introdução | 227 |
| 1. O artigo 17 da Lei 6.015/73 e suas alterações..... | 229 |
| 2. O processo de digitalização no Brasil: da MP 2.200-2/01 até a Lei 14.063/20 | 230 |
| 3. O uso das assinaturas eletrônicas no Registro Civil das Pessoas Naturais a partir da Lei 14.382/22 | 231 |
| Conclusão | 232 |
| Referências bibliográficas | 233 |
| 21. ÚTEROS ARTIFICIAIS E O REGISTRO DE NASCIMENTO: DIREITOS DA FAMÍLIA DO FUTURO | 237 |
| FRANCINI FONSECA ZANOVELLO e LETÍCIA ARAÚJO FARIA | |
| Introdução | 237 |
| 1. O útero artificial – Ectogênese..... | 239 |
| 2. Registro de nascimento de criança gerada em útero artificial..... | 242 |
| Conclusão | 247 |
| Referências bibliográficas | 248 |